



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

OFÍCIO Nº 018/GAB.05/CMOPO/RO

EM, 01 DE SETEMBRO DE 1997.

Senhor Presidente,

Pelo Presente, solicitamos à V. Ex.a que apresente ao plenário para o conhecimento posterior, deliberação do Projeto de Lei, pelo qual "Isenta o pagamento de IPTU (Imposto Territorial e Predial Urbano) aos servidores Públicos Municipais".

Aproveitamos o ensejo para externarmos nossos votos de apreço e distinta consideração.

ATENCIOSAMENTE


ALMIR BARBOSA
VEREADOR/PT

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo

Recebido Em 02/09/97

Horas: 9:30

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Degivaldo Jesus dos Santos

Seção Protocolo
Port. 039/GP/CMOPO/RO/97

EX.MO SR.
JOSÉ JOVIAL PASCOAL DA SILVA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO

PROJETO DE LEI Nº 188 /GAB.05/CMOPO/RO

EM 01 DE SETEMBRO DE 1997.

“Dispõe da isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), aos servidores públicos Municipais”.

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste - RO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), os servidores públicos municipais do quadro efetivo ou servidores que prestam serviços junto ao município a mais de 02 (dois) anos.

Art. 2º- Somente será isento de pagamento a residência do servidor.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 02/09/97
Horas: 09:30
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Degivaldo Jesus dos Santos
Seção Protocolo
Port. 039/GP/CMOPO/RO/97

ALMIR BARBOSA
VEREADOR/PT



JUSTIFICATIVA

Considerando que o Servidor Público Municipal, não tem aumento salarial nos últimos 02 (dois) anos e é grande a maioria que está impossibilitada de pagar os seus impostos, pois seus salários são irrisórios, solicito que os Senhores Vereadores analisem o mesmo.


ALMIR BARBOSA
VEREADOR/PT

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 02 10 97
Horas: 9:30
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Degivaldo Jesus dos Santos
1ª Seção Protocolo
Port. 039/GP/CMOPO/RO/97



JUSTIFICATIVA

Considerando que o Servidor Público Municipal, não tem aumento salarial nos últimos 02 (dois) anos e é grande a maioria que está impossibilitada de pagar os seus impostos, pois seus salários são irrisórios, solicito que os Senhores Vereadores analisem o mesmo.


ALMIR BARBOSA
VEREADOR/PT

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 02/09/19+
Horas: 9:30
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Degivaldo Jesus dos Santos
Seção Protocolo
Port. 039/GP/CMOPO/RO/97

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
PROTOCOLADO

0269/97 N.º 347197

[Signature]



AO EXM^o SR. P.ESIDEN^{te} E.

Segue o presente processo montado nesta seção através dos documentos em anexo ao mesmo

Em, 02-09-97

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
[Signature]
Deputado Jesus dos Santos
Seção Protocolo
Port. 038/GP/CMOPO/RO/97

A Divisão Legislativa

Providências.

CMOPO, 030997
[Signature]

AO SENADOR;

Segue o presente P/ conhecimento dos Senadores.

em, 04-09-97

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Rubens José Vittorazi
Dir Div Legislativa
Port 050/GP/CMOPO/9

AO ASSessor Jurídico;

Segue o presente, para Parecer Técnico.

em, 09-09-97

ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



PROJETO DE LEI Nº188/97

DE 01/09/1997.

ASSUNTO: “ DISPÕE DA ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.”

PARECER TÉCNICO JURÍDICO Nº128/97.

O Projeto de Lei ora apresentado é inconstitucional por força do que determina o Art.29 Caput da Constituição Federal combinado com o Art.140 da Lei Orgânica Municipal que assim é expresso:

“ Art.140 - A isenção e remissão relativas a tributo e penalidades só poderão ser concedidos em caráter genérico e fundada em interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato.”

Assim sendo, o projeto apresenta uma isenção em caráter restritivo ou seja apenas aos servidores públicos municipais do quadro efetivo ou servidores que prestam serviços junto ao Município a mais de 02 (dois) anos.

Razões estas pelas quais entendemos ser o projeto inconstitucional e contrário à artigo expresso da Lei Orgânica Municipal.

Deve o mesmo ser enviado à comissão de justiça e redação para parecer.

É nosso parecer.

Sala da assessoria, aos 09/09/1997.


JOSÉ MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR - JURÍDICO

**ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº188/97

DE 02 DE SETEMBRO DE 1997.

**ASSUNTO: “ DISPÕE DA ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E
TERRITORIAL URBANO (IPTU) AOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAL.”**

PARECER E VOTO DE RELATOR Nº 034 /97.

Relatando o presente Projeto, sentimos que o mesmo é inconstitucional uma vez que fere frontalmente o Art.140 da Lei Orgânica Municipal.

Uma vez que a Constituição Federal não admite tratamento diferenciado quando se refere à isenção de impostos.

É nosso parecer.

Sala das comissões em, 22 de Setembro de 1997.

**RONILTON RODRIGUES REIS
RELATOR**



**ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº188/97

DE 02 DE SETEMBRO DE 1997.

**ASSUNTO: "DISPÕE DA ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E
TERRITORIAL URBANO (IPTU) AOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAL."**

PARECER E VOTO DE RELATOR Nº 034 /97.

Relatando o presente Projeto, sentimos que o mesmo é inconstitucional uma vez que fere frontalmente o Art.140 da Lei Orgânica Municipal.

Uma vez que a Constituição Federal não admite tratamento diferenciado quando se refere à isenção de impostos.

É nosso parecer.

Sala das comissões em, 22 de Setembro de 1997.

**RONILTON RODRIGUES REIS
RELATOR**



**ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº188/97

DE 02 DE SETEMBRO DE 1997.

**ASSUNTO: “ DISPÕE DA ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E
TERRITORIAL URBANO (IPTU) AOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAL.”**

PARECER E VOTO DE RELATOR Nº 034 /97.

Relatando o presente Projeto, sentimos que o mesmo é inconstitucional uma vez que fere frontalmente o Art.140 da Lei Orgânica Municipal.

Uma vez que a Constituição Federal não admite tratamento diferenciado quando se refere à isenção de impostos.

É nosso parecer.

Sala das comissões em, 22 de Setembro de 1997.

**RONILTON RODRIGUES REIS
RELATOR**

ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº188/97

DE 02 DE SETEMBRO DE 1997.

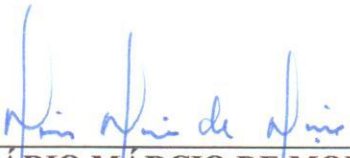
**ASSUNTO: “ DISPÕE DA ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E
TERRITORIAL URBANO (IPTU) AOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAL.”**

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 034 /97.

A comissão em detida análise ao referido Projeto é de parecer que o mesmo é inconstitucional, uma vez que dá tratamento discriminatório e diferenciado quanto à isenção e remissão relativas a tributos e não um tratamento genérico o qual o mesmo necessita.

É nosso parecer.

Sala das comissões em, 22 de Setembro de 1997.


MÁRIO MÁRCIO DE MORAES
PRESIDENTE

RONILTON RODRIGUES REIS
RELATOR

**ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº188/97

DE 02 DE SETEMBRO DE 1997.


**ASSUNTO: "DISPÕE DA ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E
TERRITORIAL URBANO (IPTU) AOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAL."**

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 034 /97.

A comissão em detida análise ao referido Projeto é de parecer que o mesmo é inconstitucional, uma vez que dá tratamento discriminatório e diferenciado quanto à isenção e remissão relativas a tributos e não um tratamento genérico o qual o mesmo necessita.

É nosso parecer.

Sala das comissões em, 22 de Setembro de 1997.


MÁRIO MÁRCIO DE MORAES
PRESIDENTE

RONILTON RODRIGUES REIS
RELATOR

ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº188/97

DE 02 DE SETEMBRO DE 1997.

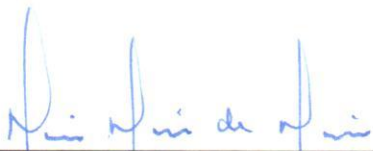
**ASSUNTO: "DISPÕE DA ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E
TERRITORIAL URBANO (IPTU) AOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAL."**

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 034 /97.

A comissão em detida análise ao referido Projeto é de parecer que o mesmo é inconstitucional, uma vez que dá tratamento discriminatório e diferenciado quanto à isenção e remissão relativas a tributos e não um tratamento genérico o qual o mesmo necessita.

É nosso parecer.

Sala das comissões em, 22 de Setembro de 1997.


MÁRIO MÁRCIO DE MORAES
PRESIDENTE

RONILTON RODRIGUES REIS
RELATOR

AO PREGUIRO GERAL;

ENVIO O PRESENTE PROCESSO
PARA SEU PREGUIRADO, CONFORME O
REGIMENTO INTERNO EM SEU ARTIGO
97.

BM, 30-04-98

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Rubens José Vittorezi

Dir. Dir. Legislativa
Bert 650/GP/CMOPO/O

